

**Teatro e Educação Inclusiva: uma pedagogia do teatro com pessoas com deficiência em tempos de Ensino Remoto Emergencial no Acre**  
**Theatre and Inclusive Education: a pedagogy of theater with people with disabilities in times of Emergency Remote Education in Acre**

Carlos Alberto FERREIRA DA SILVA\*

**RESUMO:** Propõe-se com este texto relatar a experiência do projeto de extensão denominado *Teatro e Educação Inclusiva: uma proposta pedagógica no Centro de Ensino Especial Dom Bosco e no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Rio Branco*, realizado na Universidade Federal do Acre, entre os meses de maio a dezembro de 2020. A pesquisa desenvolvida, de forma remota, contou com a participação de discentes da Universidade Federal do Acre, que atuaram como bolsistas para a realização da prática pedagógica com pessoas com deficiência. Para o desdobramento do projeto, quatro fases foram importantes, sendo elas: I – Formação sobre os temas e encontros com especialistas da área; II – Participação e Organização de eventos relacionados a Teatro e Acessibilidade Cultural; III – Realização de planejamento e preparação das aulas de teatro com alunos e alunas com deficiência; IV – Ministrar aulas para 22 discentes com deficiência do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAPDV) e do Centro de Ensino Especial Dom Bosco. Portanto, neste texto, propõe-se descrever o percurso e as referências que serviram de base para o desenvolvimento das abordagens teatrais com os referidos discentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade. Ensino Remoto Emergencial. Educação Inclusiva. Pedagogia do Teatro.

**ABSTRACT:** This article pretends to share the experience lived at a project entitled *Theater and including education: a pedagogic draft at the Centro de Ensino Especial Dom Bosco (Special Teaching Center Dom Bosco), and the Centro de Apoio Pedagógico a pessoa com Deficiência Visual de Rio Branco (Pedagogic Support Center for Visual Impairment People of Rio Branco)*, held at the Federal University of Acre, during the period between the months May to December 2020. The research was developed throw the internet, by some scholarship holders of the Federal University of Acre. This project happened in four stages: 1- training about the area and meetings with experts; 2- participation and organization of events about Theater and cultural accessibility; 3- planning and elaboration of theater classes to students with deficiency; 4- Teaching classes to 22 students with deficiency associated to the Centro de Apoio Pedagógico a Pessoa com Deficiência Visual de Rio Branco- CAPDV and Centro de Ensino Especial Dom Bosco. Therefore, this text is proposed to describe the journey and the references used as bases to the development of the theater approaches.

**KEYWORDS:** Accessibility. Emergency Remote Reaching (ERT). Inclusive Education. Pedagogy of the Theater.

## 1 Introdução

O presente texto trata do relato de experiência do projeto de extensão denominado *Teatro e Educação Inclusiva: uma proposta pedagógica no Centro de Ensino Especial Dom*

---

\*Doutor em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia. Educador Adjunto da Universidade Federal do Acre, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5601-7990>, e-mail: [carlos.silva@ufac.br](mailto:carlos.silva@ufac.br).

*Bosco e no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Rio Branco.* A pesquisa é coordenada pelo docente Carlos Alberto Ferreira da Silva, juntamente com a participação de oito estudantes de graduação de diferentes áreas do conhecimento da Universidade Federal do Acre. Cinco estudantes do curso de Licenciatura em Artes Cênicas: Teatro – Byanca Andrea Nascimento de Freitas, Jhonnatha Barbosa de Lima, Rayssa Silveira da Silva, Rennan Italo Nunes de Moraes, Victor Lucien Leite Lima –; um graduando do curso de Licenciatura em Letras/Libras, David Silva da Silva; um graduando em Engenharia Agrônoma, Eduardo Victor Paulino Lima; e uma acadêmica de História/Bacharelado, Nicoló de Lima Quintela.

O projeto foi selecionado por meio de um edital promovido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) da Universidade Federal do Acre (UFAC), cuja culminância se deu durante o período da pandemia, entre os meses de maio a dezembro de 2020. Quando submetida à avaliação, a proposta possuía a finalidade principal de trabalhar de forma presencial com duas instituições de ensino, o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual<sup>1</sup> (CAPDV) e o Centro de Ensino Especial Dom Bosco<sup>2</sup>, ambos na cidade de Rio Branco, no Acre. O projeto destinava-se às pessoas com deficiência intelectual, deficiência visual e com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

No início de março de 2020, quando o projeto foi apresentado à PROEX, a ideia era criar práticas teatrais voltadas para as pessoas com deficiência, de modo a estimulá-las a partir de aulas teatrais, propiciando um trabalho pedagógico, social e crítico com discentes, docentes e gestores dos referidos espaços. Para além desse objetivo, pretendeu-se ampliar a discussão sobre a Educação Inclusiva, a Pedagogia do Teatro e a Acessibilidade Cultural com pessoas com deficiência, na expectativa de expandir a atuação profissional de educadores e artistas, no âmbito da cidadania, da inclusão e da acessibilidade ao longo das abordagens pedagógicas. Nesta perspectiva, compreende-se a Acessibilidade Cultural inicialmente “como

---

<sup>1</sup>O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAPDV) foi fundado no dia 14 de dezembro de 2000. Este Centro Especializado está dividido em três núcleos: Núcleo de Produção, Núcleo Tecnológico e Núcleo de Capacitação. Atualmente o CAPDV-AC produz material didático e pedagógico em três versões: Sistema Braille; Audiolivro – versão em MP3; MECDAISY - Formato digital acessível, no padrão Daisy.

<sup>2</sup>O Centro de Ensino Especial Dom Bosco foi criado pelo decreto governamental nº 13 de 11 de fevereiro de 1976, em Rio Branco, no Acre, para a função de coordenação da Educação Especial e atendimento de estudantes com deficiência mental, deficiência auditiva e com aprendizagem lenta. Nos anos seguintes, o Centro ampliou suas funções, estendendo o atendimento para estudantes com deficiência visual, pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Atualmente, o Centro possui como público-alvo o trabalho com estudantes com deficiência intelectual, física, múltipla e transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista.

o direito de vivenciar experiências de fruição cultural com igualdade de oportunidades para diversos públicos, entre eles, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida” (DORNELES *et al*, 2018, p. 138), possibilitando o acesso aos teatros, cinemas, casas de show, museus, bibliotecas, entre outros. O termo Acessibilidade Cultural pode ser compreendido também como “um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem-estar, acolhimento e acesso a fruição cultural para pessoas com deficiência beneficiando públicos diversos” (LOURENÇO; FARES; RODRIGUES; VIDAL; SARRAF *apud* SARRAF, 2018, p. 27), e a Educação Inclusiva constitui um

paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 01).

Outro fator importante foi a contribuição do projeto para a formação do ensino de teatro voltado para as questões da Acessibilidade Cultural e da Educação Inclusiva, ao buscar um diálogo entre a universidade e as instituições escolhidas para a realização do projeto.

Como salientado, a estrutura do projeto foi pensada e articulada para acontecer de maneira presencial nas duas instituições. Mas, a partir do contexto de pandemia do Covid-19, compreendeu-se a necessidade de cessar as práticas previstas com o encontro entre as pessoas, pois, como destacado pela Organização Mundial de Saúde (2020), o vírus em questão possui um rápido contágio em espaços aglomerados. Em virtude disso, toda a estrutura pensada para a realização do projeto, a partir do encontro, do contato, do diálogo, da interação e das trocas simultâneas, diretas e circunstanciais entre discentes e docentes, precisaram ser interrompidas de forma imediata.

As mudanças do presencial para o remoto acarretaram novas abordagens a serem pensadas para a execução do projeto. Uma proposta idealizada para trabalhar teatro com pessoas com deficiência que, em si, já é algo difícil de acontecer, pois muitos profissionais da área da educação e das artes afirmam não possuir formação adequada para trabalhar com o referido público. A estruturação do encontro em um formato totalmente remoto foi, sem dúvida, um desafio, tanto para nós, educadores, quanto para participantes, pois todas as pessoas envolvidas tiveram que *aprender* coletivamente a vivenciar a prática teatral de forma virtual.

Dada essa nova perspectiva de ensino, o aspecto eixo da proposta se tornou impossível de acontecer, visto que a proposta pedagógica de ampliar o contato e a promoção de atividades de arte/educação *in loco* com as pessoas com deficiência não foi possível. Por isso, foi preciso repensar a execução do objetivo de possibilitar aos discentes da Universidade Federal do Acre o acesso às diferentes propostas relacionadas ao ensino, principalmente de uma forma multi/inter/transdisciplinar de ensinar e aprender no âmbito da prática pedagógica nos Centros supracitados.

Nas últimas décadas, os inúmeros estudos e pesquisas no campo das pedagogias do teatro, especialmente as práticas teatrais no âmbito da formação e consolidação de abordagens entre diferentes linguagens, possibilitaram um campo autônomo, que vem incorporando diferentes áreas do conhecimento, disciplinas e saberes. A prática pedagógica e o fazer/experimentar se constituem como um importante caminho para repensar e inovar práticas para todos os públicos interessados em fazer teatro. Entretanto, quando as práticas são destinadas às pessoas com deficiência, infelizmente, muitos obstáculos fazem parte do contexto do sujeito participante, sobretudo, quando o educador não possui (ainda) esse tipo de vivência .

Em consonância com esses crescentes caminhos e abordagens, o projeto se volta para o trabalho com teatro – em intersecção com outras linguagens – com pessoas com deficiência, no intuito de empreender uma investigação mais ampla no próprio campo do saber. Nele, propõe-se a exploração de abordagens já praticadas – por meio dos jogos teatrais, das vivências corporais e de ações performativas – ampliando a possibilidade de conhecer novos termos, metodologias, estratégias, que estão sendo pensadas e praticadas em escolas, centros de ensinos, nos palcos e nas ruas.

Por ser interdisciplinar, o projeto *Teatro e Educação Inclusiva* contou com discentes de diferentes cursos, possibilitando a constituição de práticas inovadoras durante os encontros virtuais. Além disso, os estudantes realizaram estudos voltados para a área da Educação Inclusiva e teatral através de leituras, discussão de textos, artigos, teses, filmes, documentários, peças e intervenções e tiveram a oportunidade de interagir com inúmeros convidados que trabalham na área do teatro, da Educação Inclusiva, da Acessibilidade Cultural e da gestão cultural.

Em seu texto *A mit-disciplinaridade como desafio para os profissionais de arte e educação na contemporaneidade*, o pesquisador Sergio Farias (2010) propõe reflexões que

podem tensionalizar questões sobre corpo, identidade e sexualidade de uma forma multi-inter-transdisciplinar, compreendendo o conceito de *mit-disciplinaridade* como um conjunto de várias abordagens, “valorizando nos processos de produção de conhecimento, além do pensamento, outras habilidades humanas fundamentais, como as sensações, os sentimentos e a intuição” (FARIAS, 2010, p. 3). Este conjunto das várias abordagens (multi-inter-trans) pode ser compreendida como:

[as multidisciplinares] que podem ser vistas como a utilização de conceitos, fundamentos, bases filosóficas, procedimentos e recursos de várias disciplinas numa articulação de saberes diferenciados e supostamente independentes; [...] [as interdisciplinares] os elementos de duas ou mais disciplinas são misturados, numa espécie de amálgama, havendo dificuldade de se definir de qual disciplina cada qual foi retirado como é o caso dos estudos sobre a ecologia, a contemporaneidade, as relações internacionais, o imaginário, o gênero, a energia, a estética; [...] [e as transdisciplinares] o livre trânsito entre os vários campos do saber, como se não existissem as fronteiras e os territórios que dão nome às especialidades, sejam elas disciplinares ou interdisciplinares. (FARIAS, 2010, p. 3).

De acordo com o pesquisador, nos tempos atuais “um dos desafios que se apresentam para os que se situam no campo profissional da arte/educação é a forma de definir e de lidar com a *mit-disciplinaridade*” (FARIAS, 2010, p. 1), ou seja, compreender que as disciplinas ou áreas de conhecimento podem interagir em planos diferentes, complexificando novas perspectivas para a área da arte/educação.

Tal contribuição teórica caminha juntamente com a experiência prática deste projeto, ampliando as relações entre movimento/escrita, corpo/espço, presença/virtual, vivência/sensível. Ao pensar a perspectiva *mit-disciplinar* para trabalhar com pessoas com deficiência, compreendemos a necessidade de enfatizar o lugar da *experiência*, pois a intenção é possibilitar que esse corpo vivencie uma experiência pelo prazer e pela autonomia de querer fazer e participar/contribuir.

Nas palavras de Jorge Larrosa (2002, p. 21), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Por isso, ao propor um projeto de teatro com um grupo de pessoas que muitas vezes vivenciam a exclusão, a segregação, a diferenciação, a invisibilidade, cabe a quem educa propiciar abordagens que possam acessar a condição da pessoa participante, de modo que ela possa se sentir pertencente e envolvido com a proposta.

As atividades entre o coordenador e estudantes tiveram que ocorrer na modalidade de Ensino Remoto Emergencial (ERE)<sup>3</sup>. Com esta modalidade, o projeto se desenvolveu com diferentes fases ao longo dos meses de execução, passando do processo de formação da equipe à realização das aulas com as pessoas com deficiência do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAPDV) e do Centro de Ensino Especial Dom Bosco.

As fases foram: I – Formação sobre os temas e encontros com especialistas da área; II – Participação e Organização de eventos relacionados a Teatro e Acessibilidade Cultural; III – Realização de planejamento e preparação das aulas de teatro com alunos com deficiência; IV – Ministrar aulas para os discentes do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAPDV) e do Centro de Ensino Especial Dom Bosco. Mesmo com essa condição dada pela pandemia, buscamos diferenciar a *experiência de informação*. Nas palavras de Larrosa (2002, p. 22), diferenciar a *experiência de informação* está associada a própria vivência do sujeito na prática, pois “o saber de experiência é que é necessário separá-lo de saber coisas, tal como se sabe quando se tem informação sobre as coisas, quando se está informado”. A reflexão de Larrosa aponta para um aspecto emergente, pois, no trabalho pedagógico com uma pessoa com deficiência, compreende-se que gestores, docentes e familiares, muitas vezes, querem que o sujeito adquira informação, e não experiência. A questão maior é como criar experiência através de uma tela de computador e/ou celular? É possível?

Nos encontros virtuais com discentes da UFAC, foram desenvolvidas leituras de textos, discussão sobre termos e conceitos voltados para o Teatro, a Acessibilidade Cultural e a Educação Inclusiva; além de encontros com diversos artistas com deficiência ou com educadores/pesquisadores de diversas áreas do conhecimento de vários estados do país. Esse compartilhamento de ideias e experiências contribuíram para o desenvolvimento e discussão do coletivo bem como para com a preparação e formação dos estudantes da UFAC para atuarem nos centros.

Sendo assim, no decorrer dos meses supracitados, foi realizado um evento que tratou de Artes Cênicas e Acessibilidade Cultural no âmbito da extensão, além de um mapeamento

---

<sup>3</sup> “Ensino Remoto Emergencial é o regime de ensino adotado temporariamente para desenvolver atividades acadêmicas curriculares com mediação pedagógica assentada nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), preferencialmente, com o uso de *software* livre e de código aberto, possibilitando a interação entre estudantes e docentes, construindo e desenvolvendo conhecimentos que prescindem do compartilhamento de um mesmo espaço físico entre estes. Diferentemente da modalidade de Educação a Distância (EaD), o ensino remoto não se constitui em uma modalidade de ensino. No atual contexto, constitui-se em uma proposta emergencial, com o objetivo de manter o distanciamento social e, assim, preservar a saúde e a vida de todos que fazem parte da comunidade acadêmica”. (UFAC, 2020).

de artistas nacionais com deficiências<sup>4</sup>. Por fim, como proposta pedagógica, discentes da UFAC ministraram aulas para estudantes dos centros de ensino escolhidos. Para tal, foram desenvolvidos planos de aulas coletivas e individuais e, posteriormente, a realização das aulas de teatro de maneira remota. Apesar dessa dinâmica trazer diversos desafios a serem enfrentados, ela propiciou uma outra compreensão de experiência, já que foi necessária a mediação e o apoio dos familiares, principalmente no caso de discentes que precisam de um auxílio mais presente para ligar e acessar a plataforma para o encontro.

A seguir, um breve relato de experiência é apresentado a partir dos desdobramentos do projeto para permitir a quem lê: o acesso às referências; às questões emergentes que atravessam este trabalho e aos temas dos planos de aula desenvolvidos para a realização das atividades com as pessoas com deficiência, realizadas exclusivamente por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

## **2 O direito à acessibilidade e o contexto atual**

Desde 2019, o atual governo tece ataques diretos à Educação, os quais tornaram-se recorrentes, sobretudo com o contingenciamento (cortes) nos orçamentos das universidades, institutos federais e escolas de aplicação. Em meio a tantas falácias, a maior perdedora de direitos é a própria Educação. Infelizmente, essas ações impactam diretamente na educação pública de qualidade, bem como na pesquisa, na extensão e no ensino.

Com a chegada do Ensino Remoto Emergencial, o referido quadro ganhou destaque, pois foi possível deparar com uma educação desigual. Enquanto algumas famílias tiveram os devidos recursos e condições para realizar suas atividades de ensino em suas residências,, outras tiveram seus direitos negligenciados – seja pela falta de uma estrutura adequada, acesso à internet, espaço para estudo com as devidas comodidades. Diferença ainda mais gritante principalmente para as pessoas com deficiência, em função da falta de profissionais especializados e disponíveis para acompanhar o desenvolvimento escolar. Outro fator a ser considerado foi a falta de uma estrutura emocional que pudesse comportar os impactos originados pela pandemia, desde a necessidade de ficar em casa às perdas de familiares e amigos ocasionadas pelo vírus.

---

<sup>4</sup>Tema este que não será abordado neste trabalho, pois o mesmo se encontra em análise após a renovação do projeto para o ano de 2021.

Ao trabalhar com pessoas com deficiência, tais aspectos ganharam uma outra sustentação: a questão não é apenas se há ou não internet, mas quais as condições, os recursos e os direitos de acessibilidade que esses sujeitos têm nas plataformas remotas? O Ensino Remoto Emergencial é pensado para lidar com os diversos recursos de acessibilidade? As plataformas de ensino são acessíveis para lidar com os recursos de aprendizagem?

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (FERREIRA DA SILVA, 2018, p. 44), 23,9% da população (45,6 milhões de pessoas) declararam ter algum tipo de deficiência. Segundo dados do IBGE de 2010, a deficiência visual foi a que mais apareceu entre as respostas das pessoas entrevistadas. Segundo o estudo, 18,8% dos entrevistados afirmaram ter dificuldade para enxergar, mesmo com óculos ou lentes de contato. Em segundo lugar, está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população; seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%.

Os referidos números demonstram uma série de necessidades que cada pessoa com deficiência precisa obter minimamente para ter acesso às atividades diárias no formato remoto. Sendo assim, cada sujeito demanda uma atenção apropriada para garantir os seus direitos e assegurar a plena participação durante as práticas educacionais e artísticas. O Artigo 2º da *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, apresenta a seguinte definição “as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Ou seja, no caso das universidades, durante o processo ERE, a responsabilidade de assegurar os direitos dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados nas disciplinas ou atividades acadêmicas ofertadas pelos Centros Acadêmicos, caberia aos Núcleos de Apoio à Inclusão (NAI) de cada instituição do ensino superior.

Na Universidade Federal do Acre criou-se o documento *Ensino Remoto Emergencial cursos de graduação da UFAC* (2020), disponibilizado no período do ERE. Em relação a acessibilidade, nele previa-se o acompanhamento de discentes e orientação de docentes “quanto às especificidades pedagógicas e de acessibilidade comunicacional, de modo a assegurar a inclusão desses alunos aos componentes curriculares ofertados de forma remota”. (UFAC, 2020, p. 14). A questão ganha um tom problematizador já que os recursos utilizados

na universidade não atendem a todas as demandas das pessoas com deficiência, e, na prática, compreende-se que há outras necessidades além da acessibilidade comunicacional, por exemplo.

Nas atividades realizadas na Universidade Federal do Acre havia essa proposição de ter um acompanhamento do NAI. Mas e os projetos de extensão realizados com a comunidade externa da UFAC? A garantia dos direitos eram os mesmos? Infelizmente, não. Ao longo do projeto, antes de iniciar os encontros práticos com os discentes do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual e do Centro de Ensino Especial Dom Bosco, buscou-se um diálogo com o NAI que, prontamente, solidarizou-se, mas em função da demanda da própria instituição, disponibilizaram o material de apoio que seria distribuído aos docentes da UFAC.

O contexto deste projeto atendia a um número de 22 pessoas com deficiência. Sendo que 10 pessoas apresentavam deficiência visual do CAPDV e 12 pessoas, deficiência intelectual e transtorno do espectro autista do Dom Bosco. Ou seja, para a realização das ações, coube aos responsáveis pelo projeto conhecer as necessidades de cada sujeito, a fim de planejar as abordagens pedagógicas de arte/educação e os processos criativos que seriam realizados.

Com a expectativa de iniciar o contato com os participantes, realizou-se uma anamnese com cada um deles, tornando possível compreender diversos fatores preocupantes e evidenciados com a pandemia. Primeiro, o público alvo deste projeto se trata de corpos de pessoas que, além da deficiência, possuem outras comorbidades, tornando-os parte do grupo de risco e, conseqüentemente, exigem uma atenção ainda maior com relação ao Covid-19. Outro fator a ser considerado é que alguns recursos e aparelhos – que contribuem com o desenvolvimento e acessibilidade pedagógica da pessoa com deficiência – estavam disponíveis apenas nas escolas e centros. Isso passa a ser uma questão quando o acesso ao ambiente escolar não é seguro por causa do risco de contágio.

Na Nota Informativa Nº 28/2020, emitida pelo Ministério da Saúde, fica evidenciado que “em determinadas situações, especialmente as de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável e o Poder Público adotará medidas para a sua proteção, seguindo os preceitos do direito à vida” (BRASIL, 2020, p. 2). A Organização Mundial de Saúde (OMS) e autoridades de saúde pública do mundo inteiro lançaram medidas indispensáveis para o controle desse surto viral do Covid-19. Algumas populações, dentre elas as pessoas com deficiência e com comorbidades, podem ser

mais afetadas pelo vírus, impacto que pode ser minimizado se os principais agentes envolvidos tomarem ações e medidas de proteção adequadas (OMS, 2020).

Por isso, ao pensar no ensino em perspectiva de igualdade durante a pandemia, depara-se com a necessidade de garantir *acessibilidade* a tais discentes. De acordo com Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, a definição de acessibilidade pode ser compreendida como uma

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa [com] deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, p. 2).

Além disso, o decreto complementa a noção de acessibilidade quanto à importância de propiciar o acesso à rede de informações, eliminando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, de modo que equipamentos e programas adequados possam facilitar e mediar o processo de ensino, bem como o contato com a própria sociedade. Isto é, a definição de acessibilidade resulta em um direito do ser humano ocupar os diversos espaços da sociedade, sem *negar* as suas condições e necessidades.

Dessa forma, compreende-se que um dos princípios da acessibilidade é propiciar as condições de acesso ao sujeito. Apesar de possuir leis e decretos que asseguram o direito da pessoa com deficiência, na prática, as condições são outras. Frente a esse momento remoto, deparamo-nos com estudantes que além de não possuírem celulares compatíveis – e com memória, para instalar os aplicativos para participar dos encontros –, havia o fator de não saberem como manusear, pois tais ações eram realizadas por mediadores ou profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com isso, a definição de *acessibilidade* ganha uma nova camada com o ensino remoto, pois a discussão não está na garantia de rampas ou elevadores acessíveis, mas em instrumentos e equipamentos informatizados que possam mediar o processo educacional, na casa de cada pessoa com deficiência, atentando-se para as necessidades referentes a cada deficiência.

Portanto, ao discutir sobre os fatores de ensino na pandemia e os processos disciplinares no âmbito da educação, deparamo-nos com a desigualdade socioeconômica, com a falta de recursos e estruturas possíveis para participar efetivamente do ERE. Dentro desse contexto, as pessoas com deficiência que participaram deste projeto tiveram que se adaptar a uma proposta diferente daquela que estavam acostumadas. Alguns dos estudantes com

deficiência visual tinham autonomia para ligar e entrar na plataforma e interagir com o grupo; entretanto, discentes com deficiência intelectual dependiam da família para a realização das atividades. Nem todos os familiares sabiam manusear o aparelho e o aplicativo. Vale ressaltar que, se uma mãe, antes da pandemia, levava a criança e/ou o jovem para uma instituição de ensino e os profissionais auxiliavam e propiciavam alguns procedimentos pedagógicos destinados à formação do discente, possivelmente, essa mãe não possui a mesma formação que pudesse contribuir com o processo de aprendizagem do sujeito (FERREIRA DA SILVA, 2020).

Dessa forma, em tempos de pandemia, todas as funções passaram a ser agregadas e realizadas em casa, por meio da internet, e, com isso, indissociáveis do convívio familiar. Em alguns momentos, tal condição atrapalhava o desenvolvimento de discentes, fosse por barulhos, por se sentirem inibidos de realizar algumas atividades teatrais com movimentos corporais ou sonoros ou mesmo pelas interrupções. Algumas intervenções do responsável familiar fazia com que o discente/participante “continuasse” no encontro, mas, durante um percurso de carro, pois o familiar precisava sair de casa e o discente acompanhava o percurso. Em contrapartida, as atividades de cunho prático, sem dúvida, possibilitaram aos discentes uma mudança na rotina, contribuindo com um fazer e um experimentar que envolviam o docente da instituição e a própria família. Logo, para a realização das atividades, precisou-se conhecer o contexto e a realidade do sujeito.

Por esse viés, na perspectiva da Educação Inclusiva, a comunidade escolar, os centros de formação, os educadores, os mediadores e demais profissionais da área de educação precisam estar atentos para reconhecerem as dificuldades que permeiam o universo da acessibilidade. Em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva adotou como objetivos a necessidade de assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no intuito de orientar os sistemas de ensino para garantir:

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários,

nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

A realização de uma ação pelo viés da Educação Inclusiva necessita que muitas outras ações sejam afinadas, a fim de minimizar qualquer entrave que possa limitar ou impedir o acesso e a participação do sujeito, ao longo de uma atividade acadêmica, educacional e artística. A compreensão de acessibilidade, na perspectiva da Educação Inclusiva, deve ser entendida como uma “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação” (BRASIL, DECRETO Nº 5.296, 2004, s/p.).

Entretanto, em meio à pandemia, muitos desses direitos e condições de acesso tornam-se impossibilitados de serem usufruídos pelas pessoas com deficiência. Apesar de compreender esses impasses relacionados à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, vale ressaltar que as instituições, Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAPDV) e do Centro de Ensino Especial Dom Bosco, buscaram, ao longo da quarentena, estimular e criar atividades que pudessem incluir os discentes, juntamente com a participação dos familiares. O mesmo ocorreu com as aulas de teatro, que aconteceram através das plataformas virtuais.

Antes de iniciar o relato sobre a experiência com as aulas de teatro com as pessoas com deficiência, torna-se de suma importância descrever as quatro fases do projeto *Teatro e Educação Inclusiva*, pois, como salientado, havia oito alunos de diferentes graduações da UFAC que participariam do projeto, mas que nunca tiveram contato com o público de pessoas com deficiência. Alguns relatos desses discentes estavam ligados às experiências nos estágios, desenvolvidos, durante as disciplinas da graduação, reportando, sobretudo, as dificuldades em como realizar práticas pedagógicas com os referidos estudantes.

## **2.1 O projeto *Teatro e Educação Inclusiva* e suas fases**

A realização de Projetos de Extensão no Ensino Superior público estabelece o comprometimento com a sociedade e com as pessoas que estão para além dos muros da universidade. Estabelecer tais vínculos sociais, artísticos e políticos propicia um diálogo com as questões emergentes da comunidade, tornando os atravessamentos parte das pesquisas e dos projetos. A universidade cria um papel importante com o contexto e a realidade da

comunidade, ampliando reflexões teóricas, históricas e práticas das ações acadêmicas da instituição.

Dessa forma, faz-se necessário evidenciar o papel da Universidade Federal do Acre a partir do contato com a comunidade, pois é uma instituição localizada fora do eixo político-econômico nacional. Assim, torna-se frequente acostumar com a divulgação e os resultados concentrados no Sudeste e no Sul do país. No entanto, a região Norte, com suas importantes instituições, viabiliza recursos, estudos, pesquisas e desenvolvimento para promover meios que buscam um diálogo entre as ações acadêmicas comprometidas e de qualidade com a realidade regional e local. Ou seja, a proposta deste projeto, *Teatro e Educação Inclusiva*, emerge da necessidade de despertar uma discussão sobre Acessibilidade Cultural e Artes Cênicas, pois as implicações contemporâneas sugerem provocar novas abordagens inclusivas que estejam atentas ao contexto e às condições daquele lugar.

Por isso, a partir da mit-disciplinaridade, apresentada por Faria (2010), compreende-se o quanto as artes cênicas possibilitam uma integração entre diferentes áreas do conhecimento, como o teatro e a educação inclusiva, antropologia, ciências naturais, filosofia, biologia, história, literatura, como possibilidade de refletir e provocar estruturas que contrapõem uma perspectiva normativa, mas ampliando novas abordagens pedagógicas vivenciadas pelas diferenças. Por se tratar de um projeto com o caráter mit-disciplinar, a conexão entre as diferentes áreas gera uma série diversificada de discursos articulados para desestabilizar os centros de poder impostos ao corpo da pessoa com deficiência.

Sendo assim, as compreensões de corpo, de espaço, de tempo, de sentidos são experimentadas, a partir da intersecção da própria prática, mas através de modelos não tradicionais. Esta reflexão é importante ser destacada não somente neste momento de pandemia, mas na realidade do dia a dia em que, muitas vezes, as propostas artísticas realizadas com pessoas com deficiência são colocadas como algo difícil. Tal dificuldade é respaldada não pela tentativa de algo que deu errado, mas por não tentar.

Portanto, o que torna importante destacar é que esses corpos tão múltiplos e potentes não podem ser enquadrados em uma cadeira de rodas, em uma bengala, em um aparelho, pois esses corpos possuem autonomia para criar, inventar, jogar, brincar. Mas, para isso, é necessário propiciar as condições, ou seja, acessibilizar as propostas.

Outro fator positivo com relação ao desenvolvimento de um projeto como esse, no Ensino Superior, está diretamente interligado à formação do discente, pois um fator

apresentado, no início do texto, diz respeito à dificuldade de profissionais da área da educação afirmarem sobre a dificuldade em trabalhar com os corpos de pessoas com deficiência, em função da falta de formação. Atualmente, o curso ABI Teatro – Bacharelado e Licenciatura da UFAC possui como proposta pedagógica, conforme salienta o Projeto Político de Curso, um comprometimento com a própria comunidade, ou seja, a proposta não é apenas formar e preparar professores, pesquisadores e profissionais para o mercado,

[...]é necessária a formação de cidadãos capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos, sempre atentos à realidade regional. Para alcançar tal objetivo é valorizado o próprio processo de ensino-aprendizagem, estimulando a autonomia do educando e visando a sua emancipação. (PPC – ABI Teatro, 2018, p. 15).

No entanto, ao pensar no currículo de formação do discente, envolvendo práticas voltadas para a Acessibilidade Cultural, o discente cursará apenas duas disciplinas da Educação com a temática da inclusão, *Fundamentos da Educação Especial* e *LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais*, ou seja, não há uma disciplina básica do curso de Teatro que envolva a temática da Inclusão, do Acesso, da Acessibilidade Cultural e do Teatro. Por esse motivo, a realização de projetos, como o de *Teatro e Educação Inclusiva* contribui com uma lacuna existente na formação do discente, estimulando a participação, a criação, a pesquisa e a prática junto de uma experiência direta com o público da pessoa com deficiência.

A seguir são apresentadas breves descrições das fases do projeto listadas na introdução.

### **Fase I - Formação sobre os temas e encontros com especialistas da área**

A primeira fase do projeto iniciou-se em maio, havendo como perspectiva estudar e aprofundar as duas temáticas centrais: Teatro e Educação Inclusiva. Sendo assim, estudantes foram orientados a pesquisarem algumas referências que seriam norteadoras para o processo inicial de investigação. A princípio quatro temas se tornaram essenciais para o início da discussão, foram eles, I- *Mediação educacional, diversidade cultural e Teatro*, II- *Deficiência e novas abordagens em Teatro*, III- *O corpomídia e as novas tecnologias* e, por fim, IV- *Ações afirmativas relacionados a projetos e produção artísticas*. A cada semana, discentes recebiam referências e faziam uma explanação sobre essas áreas tão plurais e diversas,

envolvendo não somente a linguagem do teatro, mas em comunhão com as demais linguagens: as artes visuais, a dança, a música e a performance.

Ao longo dos encontros, necessitou-se abordar não apenas as diferenciações terminológicas de como mencionar uma pessoa com deficiência, mas também fazer discussões sobre as questões éticas, sociais, culturais e políticas que fazem parte da vida e do cotidiano dessas pessoas. A área do ensino é movida pelo ato de ensinar e aprender, e precisamos estar conectados a essas esferas. Quem educa precisa se sentir membro desse movimento, como o discente deve se sentir pertencente a esse contexto do ensino. Paulo Freire (2001), em um texto intitulado, *Carta de Paulo Freire aos professores*, salienta que:

[...] não existe *ensinar sem aprender* e com isto eu quero dizer mais do que diria se dissesse que o ato de ensinar exige a existência de quem ensina e de quem aprende. Quero dizer que ensinar e aprender se vão dando de tal maneira que quem ensina aprende, de um lado, porque reconhece um conhecimento antes aprendido e, de outro, porque, observado a maneira como a curiosidade do aluno aprendiz trabalha para apreender o ensinando-se, sem o que não o aprende, o ensinante se ajuda a descobrir incertezas, acertos, equívocos (FREIRE, 2001, p. 1).

Em outras palavras, o ensino se estrutura a partir de uma vivência conjunta, de modo que docente e discente criem um interesse em comum, uma proposta que possa ser estimulante para ambos.

Como ponto de partida para adentrar nesse universo da Educação Inclusiva, uma das referências estudadas foi a tese de doutorado *Cidade Cega: uma encenação somático/performativa com atores performers com deficiência visual na cidade*. Neste trabalho, Ferreira da Silva (2018) traz a vivência do artista e da artista com deficiência visual e as experiências da intervenção urbana como proposta somática-performativa, no intuito de sentir a cidade, ou seja, “compreender a cidade de uma maneira mais atípica, na qual os afetos são mais variados no uso dos nossos sentidos” (FERREIRA DA SILVA, 2018, p. 15). Logo, a proposta da pesquisa era fazer com que as pessoas com deficiência visual, que eram excluídas, segregadas ou privadas de vivenciarem práticas de convívio social na rua, devido à deficiência, pudessem compreender o estado de desfrutar de seus direitos à cultura, à cidade, à vida. Para isso, tornou-se de fundamental importância escutar e compreender essas vozes emitidas pelas pessoas com deficiência visual, de modo que esses corpos fizessem e se sentissem parte do processo de pesquisa. Dessa forma, o trabalho com os cegos estruturou-se

a partir do processo criativo da encenação somático-performativa *Cidade Cega*, oriunda do laboratório prático de pesquisa, cujo objeto se deu por meio da potencialização dos sentidos (tato, audição, olfato e paladar), como meios de percepção da cidade de Salvador – BA.

Projetos e pesquisas que envolvem a temática das artes cênicas, juntamente com as pessoas com deficiência, no Brasil, ainda são incipientes, sobretudo, em Programas de Pós-Graduação e nos próprios cursos de graduação na área das Artes. Tal aspecto resulta no enfraquecimento da discussão de uma temática tão cara como esta. A partir do momento que nos cursos de graduações em Artes Cênicas/Teatro não possuem disciplinas que refletem sobre essas referências, nós, enquanto educadores do Ensino Superior, contribuimos para um processo que impacta na formação deste futuro educador. As pesquisas nos Programas de Pós-Graduação em Artes ainda são tímidas com relação à aprovação de projetos de mestrado e doutorado relacionados à temática. Entretanto, precisa-se destacar que, no Ensino Formal, a presença desses corpos é legítima e é um direito vivenciar todas as experiências como qualquer outra pessoa.

No Ensino Superior, por exemplo, como citado acima, na Universidade Federal do Acre há o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) criado em abril de 2008, que tem por finalidade: executar as políticas e diretrizes de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência, garantindo ações de ensino, pesquisa e e; apoiar o desenvolvimento inclusivo do público-alvo da modalidade de educação especial; e orientar o desenvolvimento de ações afirmativas no âmbito da instituição. Dessa forma, em prol de ações que envolvam e incentivam a presença e a participação do referido público, novas pessoas adentram os espaços de ensino de tal modo que isso estimula mais profissionais a se formarem com uma perspectiva mais inclusiva e acessível. De acordo com o Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto, de 2009, que promulga a *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março, de 2007, no Artigo 3º, destaca alguns princípios presentes na Convenção, sendo eles:

- a) o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
- b) a não-discriminação;
- c) plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) a igualdade de oportunidades;
- f) a acessibilidade;

- g) a igualdade entre o homem e a mulher;
- h) o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade (BRASIL, 2007, p. 17-18).

É direito da pessoa com deficiência ter acesso a todas as condições e igualdade em todas as oportunidades, no ensino, na pesquisa e na extensão. Por isso, é necessário tecer críticas acerca da ampliação do trabalho da universidade também nos projetos realizados além dos muros da instituição, pois a extensão é um dos pilares do ensino superior. Contudo, como destacado, as demandas da própria instituição, realizadas na UFAC, ganham prioridade.

Torna-se, então, de suma importância que os coordenadores dos projetos capacitem os discentes participantes de modo que possam criar aliança e articulação com as instituições participantes a fim de ampliar as discussões e os trabalhos com as pessoas com deficiência, desconstruindo a resposta do *não sei, não consigo, não tenho formação*.

Durante os encontros entre docentes e discentes que integravam o projeto *Teatro e Educação Inclusiva*, uma referência audiovisual se tornou necessária, pois o documentário apresenta o protagonismo, a voz e as necessidades de direitos, partindo das próprias pessoas com deficiência. O filme *Crip Camp: Revolução pela Inclusão*, de 2020, direção de James Lebrecht e Nicole Newnham, foi um material investigado e estudado. Apesar do documentário retratar um contexto norte-americano, a busca por essa revolução acontece diariamente em vários lugares de todo o mundo. Por isso, toda expressão relacionada à área da Inclusão é uma referência, principalmente para o discente que está em processo de formação.

Nesse sentido, no decorrer dos encontros, pesquisadores e artistas, com e sem deficiências do Brasil e do exterior, puderam participar e estimular provocações acerca do tema ao longo dos encontros semanais. Sem dúvida, de alguma maneira, a pandemia possibilitou uma experiência positiva por meio de encontros que provavelmente não ocorreriam sem uma viagem ao Acre.

Alguns dos nomes que compuseram esse processo de formação foram: Moira Braga (Angel Vianna – Rio de Janeiro), Marcia Berselli (UFSM), Catarina Shin Lima de Souza (UFRN), Cristina Gonçalves (Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão – BA), Felipe Monteiro (UFAL), Milena Flick (UNESPAR), Leonardo Teles (UFBA), Emerson de Paula (UNIFAP), Ariadne Antico (SP), Everton Lampe (UDESC), Ninfa Cunha (Xisto Bahia – BA), Renata Mara (UDESC), Pascoal Eron Santos Souza (UNEB), Adriana

Marulanda Muñoz (Fundação Colsalud – Colômbia), Daniela Botero (UFBA – Colômbia), Mateus Gonçalves (IFF), Mirela Ferraz (UDESC), Georgianna Dantas (UFBA), Enjolras Matos (UFBA/UNEB), Cesária Édina dos Santos (AC), Ângela Maria Vittorazzi Tessinari (AC), Shirlei Sousa Lessa (AC), Cristina Nogueira dos Santos (AC), Glorismar Gomes (UFAC).

Cada encontro trouxe ao projeto contribuições importantes em vários contextos, pois as pessoas convidadas, a partir de suas experiências e vivências artísticas, educacionais e científicas, possibilitaram conversas e debates acerca de temas fundamentais a serem elucidados a toda sociedade; o respeito pela diversidade humana em sua amplitude, que constitui referência para o desenvolvimento do que veio a ser este projeto, inspirando grandes transformações psicossociais, culturais, sociológicas, através de práticas mit-disciplinares.

## ***Fase II – Participação e Organização de eventos relacionados a Teatro e Acessibilidade Cultural***

Nesta fase a proposta foi rastrear e conhecer pesquisadores que trabalham com a temática da Acessibilidade Cultural por meio de projetos de pesquisa e extensão. A partir da reunião de um grupo de docentes de cinco instituições de ensino – Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Santa Maria e do Instituto Federal Fluminense – organizou-se o *I Encontro de Artes Cênicas e Acessibilidade Cultural: olhares extensionistas*<sup>5</sup>, cuja proposta era fomentar e alavancar os estudos sobre a área da Acessibilidade Cultural e a importância dos Projetos de Extensão, envolvendo práticas com pessoas com deficiência nas diferentes

---

<sup>5</sup>O *I Encontro de Artes Cênicas e Acessibilidade Cultural: olhares extensionistas* foi realizado, nos dias 12 e 26 de agosto e no dia 02 de setembro, de 2020, encontros desenvolvidos através da plataforma virtual. Para a realização do evento contou-se com dois intérpretes de LIBRAS, do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da UFAC e com audiodescrição, realizado pelos participantes. As mediações dos encontros foram realizadas pelos seguintes docentes, Jefferson Fernandes (UFRN), Mateus Gonçalves (IFF), Carlos Alberto Ferreira (UFAC), Márcia Berselli (UFSM) e Emerson de Paula (UNIFAP). O material audiovisual de cada encontro está disponível nos seguintes links:

1º Encontro - Dimensões da acessibilidade no teatro: pesquisas e vivências. Artes Cênicas e Acessibilidade Cultural: olhares extensionistas - 1º Encontro. **YOUTUBE**. 24 de agosto de 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=v9e7wSK\\_G4E&t=1750s](https://www.youtube.com/watch?v=v9e7wSK_G4E&t=1750s). Acesso em: 18 de fev. de 2021.

2º - Práticas cênicas e acessibilidade: criação e formação na extensão. Artes Cênicas e Acessibilidade Cultural: olhares extensionistas - 2º Encontro. **YOUTUBE**. 01 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vf2AvbDDHk8&t=33s>. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

3º - Práticas Pedagógicas em teatro e acessibilidade a partir da extensão. Artes Cênicas e Acessibilidade Cultural: olhares extensionistas - 3º Encontro. **YOUTUBE**. 19 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r0Qx9jddm9M&t=4325s>. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

regiões do Brasil. Ao longo dos encontros, realizados semanalmente, foram abordados 3 eixos: 1º - Dimensões da acessibilidade no teatro: pesquisas e vivências; 2º - Práticas cênicas e acessibilidade: criação e formação na extensão; 3º - Práticas Pedagógicas em teatro e acessibilidade a partir da extensão.

Vale ressaltar que os encontros partiram das experiências discentes, pois a proposta era justamente estimular o desenvolvimento e a troca entre alunos de diferentes regiões, no intuito de apresentarem os projetos desenvolvidos por cada universidade, mas, ao mesmo tempo, criar um espaço de diálogo com toda a comunidade interessada. O objetivo desse encontro estava condicionado às reflexões acerca dos projetos de extensão, cuja temática, em Artes Cênicas e Acessibilidade Cultural, tornava-se o elo de interesse. Durante os três dias de encontro, houve quinze apresentações de alunos e alunas, expondo suas conquistas e dificuldades nos projetos. O evento ocorreu, de forma remota, através de uma plataforma *online*, com participação de aproximadamente cento e vinte pessoas em cada encontro.

Compreender essa ação como parte do projeto Teatro e Educação Inclusiva foi importante por estabelecer uma rede com diferentes profissionais da área do teatro. Pois, como salientado, nas instituições de ensino que organizaram o evento, promovem, articulam e buscam ampliar a discussão sobre Acessibilidade Cultural. No processo de projetos de extensão, a noção de Acessibilidade Cultural ganha uma perspectiva ainda maior, de aproximar a realidade da universidade à realidade das pessoas, por isso o desenvolvimento de projetos é importante, justamente para agregar e estimular uma articulação de saberes, de conteúdos e de conhecimentos entre comunidade e universidade, propiciando o direito de vivenciar experiências em igualdade para todos os públicos.

Além disso, a importância de trazer alunos e alunas que participam de projetos de extensão para falarem ao longo do evento permite o desenvolvimento de práticas artísticas/pedagógicas com pessoas com deficiência. Estas podem ampliar o interesse e a curiosidade sobre a área da Educação Inclusiva e da Acessibilidade Cultural, modificando a escolha da própria carreira profissional. Assim, neste momento de pandemia, mesmo frente a tantas dores e dificuldades, principalmente com os ataques frequentes aos profissionais da área da educação, é preciso ressaltar a importância desses espaços de fala criados por pesquisadores e artistas, já que tais espaços possibilitam levar conhecimento e acesso a inúmeros profissionais e artistas que estão atuando na causa da Acessibilidade Cultural em diferentes localidades, além de debruçar mais sobre os direitos das pessoas com deficiência,

conforme destaca a *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (2007). O encontro com outros agentes, que estão refletindo e criando abordagens de ensino, estimula a buscar e a conhecer novas práticas, no intuito de ampliar os horizontes e estudos sobre a referida área de conhecimento.

### **Fase III - Realização de planejamento e preparação das aulas de teatro com alunos e alunas com deficiência**

Nesta fase do projeto coube aos discentes da UFAC se organizarem – a partir das vivências anteriores – de tal modo que os encontros com os profissionais, as leituras dos materiais, as participações em eventos corroborassem com sua a formação, bem como os auxiliasse no planejamento das atividades pensadas para os dois centros. Formação e aprendizagem tornam-se elementos fundantes na expectativa de estimular o discente a querer conhecer e criar propostas que estejam ligadas às suas áreas de conhecimento. Paulo Freire salienta que

Começamos por *estudar*, que envolvendo o *ensinar* do ensinante, envolve também de um lado, a aprendizagem anterior e concomitante de quem ensina e a aprendizagem do aprendiz que se prepara para ensinar amanhã ou refaz seu saber para melhor ensinar hoje ou, de outro lado, aprendizagem de quem, criança ainda, se acha nos começos de sua escolarização (FREIRE, 2001, p. 260).

Dessa forma, ao solicitar que discentes fizessem planos de aula, tornava-se elementar que os mesmos conhecessem o público com quem iriam trabalhar. Era necessário *estudar* sobre o contexto, sobre os alunos, sobre a rotina, de modo a reconectar-se com esse processo de aprendizagem movido pelo prazer e não pelo cumprir. Por isso, conversas com as coordenadoras do Centro de Ensino Especial Dom Bosco e do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual foram de fundamental importância para nortear a criação da prática pedagógica.

Neste processo, tornou-se de suma necessidade conhecer mais sobre a Divisão de Educação Especial, que está ligada diretamente à Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre, responsável por gerenciar os Centros supracitados, através do desenvolvimento de políticas públicas em Educação Inclusiva. Além de buscar garantir condições de acesso, participação, permanência e aprendizagem no ensino

dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

É importante ressaltar que conhecer os discentes por meio de uma anamnese foi outro fator considerável, antes de planejar e iniciar a prática junto a eles. Para alguns profissionais, a importância de realizar uma entrevista com a pessoa propicia a coleta de alguns dados, permitindo ao profissional identificar problemas, determinar análises, planejar e implementar a sua assistência. Por isso, neste trabalho, a proposta de conduzir um contato junto ao discente ou ao familiar responsável era para conhecer algumas de suas necessidades, antes do início das atividades. Por esse viés, alguns dos dados indagados foram: informações subjetivas, objetivas, históricas e atuais. Todos os nomes de alunos que recebemos dos Centros para participarem das aulas receberam a nossa ligação a fim de realizarmos todos os procedimentos possíveis para conhecer o referido discente que participaria das aulas.

Vale salientar que a proposta da anamnese não estava associada a padrões biomédicos, pelo contrário, interessava-nos conhecer as questões subjetivas da pessoa. O que gostavam de fazer? De assistir? De brincar? Além de indagar alguns pontos sobre a deficiência.

Dentre as aulas preparadas pelos discentes da UFAC - Jhonnatha Barbosa de Lima, Rayssa Silveira da Silva, Rennan Italo Nunes de Moraes, Victor Lucien Leite Lima, acadêmicos do curso de Licenciatura em Artes Cênicas: Teatro; David Silva da Silva, graduando do curso de Licenciatura em Letras/Libras; Eduardo Victor Paulino Lima, graduando em Engenharia Agrônoma; e, Nicolý de Lima Quintela, acadêmica de História/Bacharelado, houve planos de aulas voltados para o aquecimento corporal, contação de história, jogo teatral, jogo da memória, musicalização, performance, práticas sensoriais, dentre outros temas que compuseram o processo de preparação e foram discutidos, pensados e questionados de como iriam acontecer.

Dessa forma, todos os planos tinham uma estrutura para preenchimento contendo: tema, objetivo geral, objetivo específico, conteúdo programático, metodologia, recursos necessários para a aula, avaliação e referência. Cada pessoa citada precisou desenvolver dois planos de aula (um individual e outro em grupo); aproximadamente, 18 aulas foram criadas antes do início dos encontros, com temas como: a) O desenvolvimento de jogos teatrais acessíveis com pessoas com deficiências entre 18 a 60 anos de idade; b) *Memórias em Jogo* para estímulo sensorial e cognitivo de pessoas com deficiência intelectual, deficiência visual e Transtornos do Espectro Autista (Autismo); c) Introdução ao trabalho com argila, dando

noções básicas de manipulação, concepções de escultura e modelagem; d) Consciência corporal, improvisação e composição em dança-teatro; e) Processo de produção, histórias sensoriais, emoções e sons, aprendizagem sensorial, envolvimento, imagem sonora, identificação visual e sonora, experiência sensorial e criatividade.

Durante a preparação das aulas, os envolvidos tiveram a oportunidade e o tempo para problematizar e discutir os temas com as coordenadoras pedagógicas de modo que pudessemos criar estratégias para a realização das aulas. Por exemplo, a proposta da aula de argila partiu da ideia de um discente, Victor Lucien, cujo objetivo, apresentado no plano de aula, era “estudar sobre composições e narrativas por meio da argila (2d, 3d, relevos, histórias)”, mas para a realização da aula, precisaria da argila. Dessa forma, por intermédio de alguns contatos do próprio discente da UFAC, o discente conseguiu a doação<sup>6</sup> do material, organizou o recebimento e a distribuição da argila, a partir dos Centros, de modo que o discente com deficiência pudesse receber o material de trabalho em casa sem nenhum risco ou exposição. Ou seja, a importância de planejar, de forma antecipada, possibilitou a resolução de alguns imprevistos, antes da aula, de modo que os alunos da UFAC tivessem tempo para planejar.

Após a entrega dos planos, os discentes do projeto tiveram como organizar as propostas de cada aula, pois, nos encontros semanais, houve discussões e apontamentos a respeito das aulas, que estavam sendo preparadas de forma antecipada. É de suma importância a preparação das aulas, pois o docente pode estudar, investigar, pesquisar, indagar, procurar, rastrear materiais para o desenvolvimento da aula.

#### ***Fase IV – Ministrar aulas para 22 discentes com deficiência do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAPDV) e do Centro de Ensino Especial Dom Bosco***

Por fim, na fase IV, iniciaram-se as aulas práticas com os discentes com deficiência visual, deficiência intelectual e com TEA. Um dos objetivos para a realização e efetivação dos encontros, de acordo com Ferreira da Silva (2018), está a necessidade de frisar sobre a *Acessibilidade Universal e Inclusiva*, um princípio somático-performativo, cujo intuito está na compreensão da forma como os termos se estabelecem, com base nas leis de acessibilidade e no direito da pessoa com deficiência. A discussão desse princípio tornou-se um dos aspectos

---

<sup>6</sup> SOUZA, Emilly. Funbesa doa argila para projeto de apoio a pessoas com deficiência. Notícias do Acre. 2020. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/funbesa-doa-argila-para-projeto-de-apoio-a-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

pilares para o projeto, pois, para a real efetivação de uma proposta de aula, nos atuais modelos, é de suma importância o recurso de acessibilidade no mais amplo da sua definição. Nas palavras do autor, “o princípio fundamenta-se na relação com as próprias leis, sendo que, muitas vezes, as mesmas não são colocadas em práticas, por isso, faz parte da característica do [educador] friccionar o Estado e questionar, por meio da arte mudanças” (FERREIRA DA SILVA, 2018, p. 116).

Apesar de salientar alguns temas eleitos para a realização das aulas, é preciso destacar que, na prática, quando as atividades iniciaram, algumas demandas de realização deram-se de outras formas, pois houve encontros, cujas participações dos discentes dos Centros eram de muito envolvimento; já em outros, percebia-se um esforço por parte dos discentes da UFAC em fazer com que os participantes se sentissem envolvidos com o jogo proposto. Alguns fatores estão ligados às condições, por exemplo, de estarem em casa. Nesse caso, o espaço em que o aluno participava do encontro não era individualizado, por esse motivo, ele ficava inibido com a presença do familiar; em contrapartida, houve momentos que o familiar era o mediador, que estimulava a participação do discente. De todo modo, tornou-se de suma importância perceber a capacidade de criação e autonomia de cada discente em lidar com os momentos desenvolvidos, durante as aulas, oportunizando experiências de vida e de convívio ao longo de cada semana. Para Jorge Larrosa (2002, p. 21), essas vivências dão “sentido ao que somos e ao que nos acontece”, propiciando a chance de conhecer novas abordagens de ensino, através das potencialidades e das dificuldades dos discentes e dos educadores. Reiterando as palavras do autor, “no saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece” (LARROSA, 2002, p. 21). Por isso, mesmo frente a tantas dores, neste momento atual, o importante foi *fazer acontecer*.

As experiências surgidas, por meio das aulas, oportunizaram a chance de cada aluno que participava das aulas de Teatro colocarem suas vozes e suas reflexões a partir dos temas. Na primeira semana de aula, as aulas tornaram-se um importante espaço para todos se conhecerem, ampliando a interação e o prazer de conhecer alguém (em pleno momento de isolamento em casa). Momento ainda para buscar ajustes relacionados às plataformas digitais e aos meios tecnológicos.

Em uma das aulas com o CAPDV, sobre questões Afro-brasileiras, as discussões deram a chance de trabalhar algumas definições culturais com as pessoas com deficiência visual, trazendo músicas, imagens com audiodescrição e história. A aula criada entre um

aluno do curso de Teatro e uma aluna do curso de História possibilitou uma vivência cultural, a partir da própria história do Acre, compreendendo como a cultura Afro está presente na cultura acreana. Entretanto, pelo fato de muitos nascerem com a deficiência visual, essas pessoas não tinham compreensão histórica e social sobre esse fato. Dessa forma, durante os encontros, propunha-se que os envolvidos trouxessem narrativas, histórias e acontecimentos que partissem de suas próprias experiências, do seu próprio lugar de fala. Ou seja, os encontros tornavam-se um meio de protagonizar a vivência e a experiência de cada sujeito participante.

Mesmo com as dificuldades em trabalhar conceitos que não eram comuns por meio das plataformas digitais, de aparelhos celulares lentos e sem memória, sem internet, nos grupos de *WhatsApp*, alunos e familiares sempre nos perguntavam, “Vejo vocês amanhã?!”, e nos informavam que “As aulas estão ótimas.”, “O encontro foi muito importante para mim”, ou seja, não houve desistência ao longo do desenvolvimento do projeto. Contudo, precisamos de mais acessibilidade atitudinal, pois a inclusão ocorre quando todos conseguem desfrutar do mesmo ambiente com liberdade e clareza de informações.

Nesse projeto, as Artes Cênicas foram o pilar para o desenvolvimento deste trabalho, ou seja, o Teatro, como proposta pedagógica, tem um papel importantíssimo na mudança de paradigmas, criados em nosso meio de convívio na sociedade. Por isso, é importante haver a presença de pessoas com deficiência nas Artes, a fim de que essa seja uma presença movida pela autonomia e não pelo sentimento de “coitadinhos”, mas dando-lhes acesso para participarem de forma integral, trazendo ao grupo a dimensão da equidade.

### **Considerações Finais**

Percebe-se que muitos profissionais da área da educação buscam fórmulas de como trabalhar com pessoas com deficiência. Na nossa compreensão, enquanto agentes que estão envolvidos com o público em questão, a principal fórmula é possuir a atitude de querer fazer e trabalhar com o coletivo. De acordo com o Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis 10.048/00 e 10.098/00, a *acessibilidade atitudinal* refere-se à percepção do outro sem preconceito, estigmas, estereótipos e discriminações. Essa acessibilidade também pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, promotores de eventos, educadores, cuja proposta seja programar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda sua amplitude, “cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na

comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT” (BRASIL, 2004, s/p.). Torna-se de fundamental importância que as instituições de ensino priorizem recursos para o desenvolvimento de ações e projetos envolvidos na área da inclusão, possibilitando que mais pessoas participem e tenham acesso para desfrutar de ações que agreguem a área de interesse.

Nesse relato de experiência, cabe salientiar aos educadores, gestores, alunos, artistas com e sem deficiência, interessados pela leitura, que compreendam que fomos pegos de surpresa por conta da pandemia e que as ações foram repensadas para a realização de cada atividade. No entanto, a parceria com o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAPDV) e o Centro de Ensino Especial Dom Bosco foi o elo para aproximação do público alvo e compreender os passos que precisávamos dar antes de iniciar cada etapa. Por isso, conhecer o contexto, entrar em contato com os discentes e familiares, preparar o material com antecedência, estudar, pesquisar, investigar são algumas das ações que couberam a nós durante o desenvolvimento e realização do projeto.

Diante das discussões sobre o tema da acessibilidade, percebe-se que ainda há muito que fazer para tornar os espaços comuns para todos, uma vez que a pandemia evidenciou que poucos tiveram acesso aos recursos, diferentemente de muitos que não tiveram as mesmas condições. Dessa forma, a participação do Centro de Ensino Especial Dom Bosco e do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual possibilitou conhecer a real situação dos discentes e dos docentes, percebendo o empenho dos educadores em enviar as atividades, fazer com que as pessoas com deficiência participassem. Entretanto, mesmo com todos os recursos disponibilizados nas aulas de Teatro, o fator internet, aparelho, mediação foram questões importantes. Por isso, percebemos que a ação de pensar e envolver essas questões, ao longo da produção, certamente, possibilita uma reflexão profícua e produtiva no setor educacional.

Além disso, o projeto ganha uma importância na formação da identidade docente nos alunos da UFAC que participaram, pois os extensionistas tiveram contato, em diversas instâncias pedagógicas, que certamente contribuíram para a formação desses futuros profissionais. Assim, o projeto *Teatro e Educação Inclusiva: uma proposta pedagógica no Centro de Ensino Especial Dom Bosco e no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual de Rio Branco* possibilitou o contato com diferentes referências, como autores, artistas e pesquisadores, apresentando múltiplos caminhos

disciplinares que poderiam somar no processo de ensino e aprendizagem dos referidos estudantes.

Inúmeros são os desafios para um processo pedagógico e de formação, sobretudo quando realizada através de uma tela de computador e/ou celular, mas para efetivar um processo com acesso e acessibilidade, a vivência não pode ser pautada na homogeneidade, pois cada sujeito possui a sua singularidade. Portanto, cabe aos educadores do ensino superior, do ensino básico, do ensino não formal, vivenciar um processo de re-invenção pedagógica, assumindo as dificuldades, mas buscando enfatizar a atitude por querer tentar e fazer, mesmo compreendendo que se trata de um universo diferente, pois, a diferença “nada mais é que a qualidade daquilo que é diferente; nela há ausência de semelhança, há desconformidade, divergência, ela contém a própria diversidade, ela é inexata e, ao mesmo tempo, é excesso de uma grandeza, nela não há repetição”. (ORRÚ, 2017, p. 129).

### Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União, 2004. DOI: <https://doi.org/10.11606/d.7.2018.tde-24092018-164624>.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:** MEC/SEESP, Brasília, 2008. DOI: <https://doi.org/10.17648/galoa-cbee-6-29723>.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** Brasília: Diário Oficial da União, 2009. DOI: <https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0197/2016.v2i2.1392>.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília: Diário Oficial da União, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/d.47.2020.tde-03082020-111148>.

BRASIL. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência. Nota Informativa Nº 28/2020. **Orientações à rede de cuidados à saúde da pessoa com deficiência relativas ao Coronavírus (Covid-19).** Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/NI28.pdf>. Acesso em: 19 de fev. 2021.

CRIP CAMP: Revolução pela Inclusão. Direção de James Lebrecht e Nicole Newnham. Estados Unidos: Netflix, 2020. 1h48m.

DORNELES, Patrícia; SILVA, Ana Cecília Chaves.; CARVALHO, Claudia Reinoso A.; MEFANO, Vania. Do Direito Cultural das Pessoas Com Deficiência. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 22, p. 137-154, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p138-154>.

FARIAS, Sergio Coelho Borges. A mit-disciplinaridade como desafio para os profissionais de arte e educação na contemporaneidade. **Anais ABRACE**, v. 11, n. 1, 2010.

FERREIRA DA SILVA, Carlos Alberto. **Cidade Cega**: uma encenação somática/performativa com atores performers com deficiência visual na cidade. Salvador, 2018.

FERREIRA DA SILVA, Carlos Alberto. A abordagem do princípio somático-performativo Flâneur Cego com mães de pessoas com deficiência na APAE de Senhor do Bonfim -BA. **Ephemera (Online)**, v. 3, p. 176-192, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47749/t/unicamp.2016.974213>.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos avançados**, v. 15, n. 42, p. 259-268, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142001000200013>.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, n. 19, p. 20-28, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782002000100003>.

OMS. **Considerações sobre pessoas com deficiência durante o surto de COVID-19**. Organização Pan-Americana da Saúde, 2020.

ORRÚ, Sílvia Ester. **O re-inventar da inclusão**: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis, RJ : Vozes, 2017.

PPC. **Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Área Básica de Ingresso Teatro (Bacharelado e Licenciatura)**. Universidade Federal do Acre. Rio Branco, Acre, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21170/geonorte.2020.v.1.n.37.154.174>.

SARRAF, Viviane Panelli. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência – benefícios para todos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação** / Nº 6, junho 2018. DOI: <https://doi.org/10.33233/eb.v18i1.2704.s1797>.

SOUZA, Emily. **Funbesa doa argila para projeto de apoio a pessoas com deficiência**. Notícias do Acre. 2020. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/funbesa-doa-argila-para-projeto-de-apoio-a-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

UFAC. Pró-Reitoria de Graduação. **Ensino Remoto Emergencial**: cursos de Graduação da UFAC. Rio Branco, AC: Prograd\_Ufac, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/t.6.2017.tde-17072017-182250>.

Artigo recebido em: 12.04.2021    Artigo aprovado em: 12.08.2021    Artigo publicado em: 22.08.2021